

Populações e Procedências na Região das Missões (1817 – 1822)

Populations and Proceedings of the Region Missões (1817 – 1822)

Leandro Goya Fontella*

Resumo: Neste texto examina-se algumas características demográficas da região das Missões entre 1817 e 1822 a partir dos assentos de batismos da Matriz de São Francisco de Borja. O foco da análise recai sobre a naturalidade das mães e dos pais dos batizados. Através deste procedimento pode-se vislumbrar a procedência de boa parte dos sujeitos que habitavam a região. Os dados avaliados revelam que, ao longo do processo de conquista luso-brasileira de tal área, a maioria dos guaranis era dos Sete Povos das Missões Orientais do Rio Uruguai, embora não fosse desprezível a presença de guaranis oriundos dos povos ocidentais. Por sua vez, a população luso-brasileira provinha, sobretudo, do próprio Rio Grande de São Pedro, em especial, da Fronteira do Rio Pardo. Todavia, havia considerável presença de paulistas e catarinenses. Por fim, a presença de batismos de escravos, boa parte deles africanos, indica que a região das Missões estava sendo integrada ao complexo produtivo escravista luso-brasileiro.

Palavras-chave: região das Missões. século XIX. demografia histórica.

Abstract: This article investigates some demographic features of Missões Region between 1817 and 1822 from baptism certificates in São Francisco de Borja. The research focus is the naturalness of baptized parents. This procedure can glimpse the origin of most people who inhabited that region. The data analyzed revealed that, throughout the process of Luso Brazilian conquest in such area, the vast majority of guarany indigenous people were from Sete Povos das Missões Orientais do Rio Uruguai. In the spite of this, Guarany indigenous people from western have to be taking into consideration. In the other side, the Luso Brazilian population stemmed mainly from Rio Grande de São Pedro, in particular, the border of Rio Pardo. However, there was considerable presence of Brazilians from São Paulo and Santa Catarina. Finally, the presence of baptisms of slaves, many of them Africans, indicates that Missões Region was being integrated into the productive complex Luso Brazilian slavery.

Key words: Missões Region. 19th century. historical demography.

O processo de anexação da região dos Sete Povos das Missões aos domínios luso-brasileiros ocorrido, *grosso modo*, entre 1801 a 1828 se deu em meio à trajetória

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ); bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

de definição dos limites fronteiriços na região platina, o qual vinha acontecendo, ao menos, desde meados do século XVIII. A conquista desta região às possessões luso-brasileiras, e sua manutenção, engendraram significativas transformações naquele espaço até meados do século XIX, dentre estas se destaca o estabelecimento de uma matriz produtiva agropastoril assentada em uma combinação de trabalho escravo e diversas formas de trabalho livre (FONTELLA, 2013).

Já em sua composição social este território foi marcado por uma rica diversidade, uma vez que acabou sendo composto basicamente por guaranis missioneiros (descendentes daqueles que haviam passado pelo processo reducional das Missões jesuíticas entre os séculos XVII e XVIII) que foram incorporados ao Império português (e posteriormente ao Império brasileiro), luso-brasileiros, que migravam cada vez mais e em maior número, e escravos (africanos e crioulos), trazidos junto com seus senhores. Esta região compreendia a chamada Província de Missões e aos Campos ao sul do rio Ibicuí, área que atualmente forma significativa parte da fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul. A Província de Missões, a partir de 1834, passou a ser a Vila de São Borja. Por sua vez, os Campos ao sul do rio Ibicuí, onde se localizavam boa parte das estâncias missioneiras, após 1831 passou a constituir a Vila de Alegrete, cobrindo boa parte do espaço que ficou conhecido como Campanha sul rio-grandense.

Neste texto procuro realizar um exame da composição demográfica da região das Missões entre 1817 e 1822 a partir dos assentos de batismos da Matriz de São Francisco de Borja. Deter-me-ei especificamente na análise da naturalidade das mães e dos pais dos batizados que era registrada pelos párocos. Este procedimento revela a procedência de boa parte dos sujeitos que habitavam a região em tal período e, portanto, configura-se como um significativo indicativo de como desenrolou-se a ocupação do espaço missioneiro ao longo do processo de conquista luso-brasileiro. Em outras palavras, a partir deste expediente metodológico se pode, parcialmente, identificar de quais áreas brasileiras, platina e de outras paragens efluiu considerável parte dos habitantes da região da Missões naquele momento.

O texto divide-se em três seções, na primeira busco elaborar uma estimativa demográfica da região, na segunda, procurando mapear os fluxos migratórios e os deslocamentos populacionais de tal espaço, concentro-me na análise das

procedências dos sujeitos que levavam os seus rebentos à pia batismal da Matriz de São Francisco de Borja, e na última exponho as considerações finais deste estudo.

I

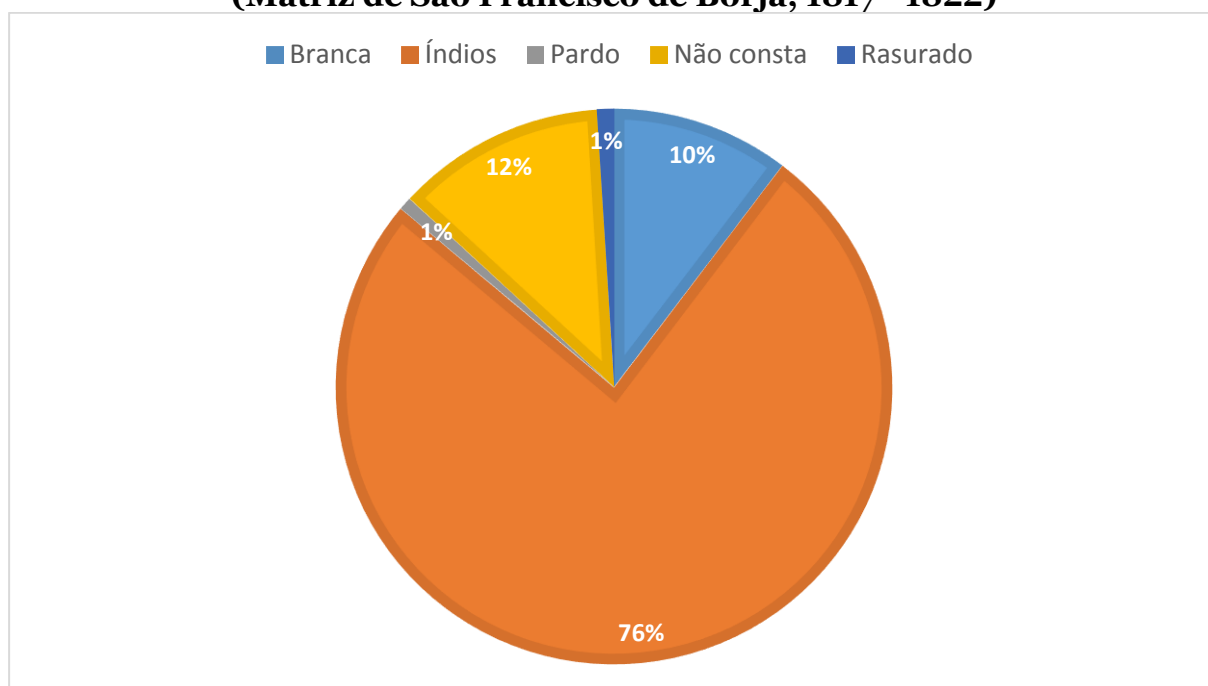
Entre 17 de fevereiro de 1817 e 27 de dezembro de 1822 foram lavrados 1.008 assentos de batismos na Matriz de São Francisco de Borja. A média mensal de registros nestes quase seis anos é de cerca de 14, consideravelmente maior do que os 8 assentos mensais verificado por Luís Augusto Farinatti para a Capela de Alegrete, onde foram assinalados 1.024 registros batismais de 1816 a 1827 (FARINATTI, 2014, p. 220). Do universo de 1.008 batizados, a grande maioria era de indivíduos livres, 928 (92%), enquanto que os escravos compareceram à pia batismal em 42 (4%) oportunidades, outros 35 (4%) registros estão rasurados e, portanto, não consegui identificar a condição jurídica do batizando. Todavia, tanto o universo de batizando livres quanto o de cativos abrigam cenários demográficos bem mais complexos e, assim sendo, devem ser problematizados.

Com efeito, vistos apenas sob a perspectiva simplificadora da distinção entre livres e escravos, tais dados podem ensejar interpretações equivocadas sobre o processo histórico de tal região. Algo semelhante ocorreu quando Fernando Henrique Cardoso (2003),¹ ao observar de maneira pouco crítica os relatos de Auguste de Saint-Hilaire e com base em frágeis e porosos dados censitários do início do século XIX, argumentou que devido ao significativo número de guaranis missioneiros presentes na região, os produtores luso-brasileiros que estavam se instalando ali não precisaram recorrer ao trabalho cativo. Doravante, retomaremos este debate. Antes disso, porém, faz-se necessário abordar a diversidade contida no conjunto dos batizando livres, pois o argumento sobre a relevância do trabalho escravo na região das Missões passa necessariamente por uma melhor compreensão da complexidade do universo dos sujeitos livres que habitam aquele espaço.

Decompondo os 928 assentos de batismos de indivíduos livres, constatei que 703 (76%) eram guaranis missioneiros, 96 (10%) foram expressamente identificados como de cor branca, 7 (1%) eram pardos, 113 (12%) não consta nenhuma referência de cor, e em 9 (1%) registros as rasuras me impediram de verificar esta informação.

¹ A tese de Cardoso foi publicada originalmente em 1962.

FIGURA 1
Distintivo de "cor" dos batizados livres
(Matriz de São Francisco de Borja, 1817 - 1822)



Fonte: Livro de Batismos de 1817 – 1822 da Matriz de São Francisco de Borja, ADU.

Os dados exibidos na figura 1 revelam que mesmo quase duas décadas após o ato de anexação da região das Missões aos domínios luso-brasileiros, ocorrido em 1801, os guaranis missioneiros eram amplamente predominantes no conjunto populacional. Os batizados de cor branca, pardos e aqueles que não tiveram sua cor registrada somados atingem a marca de 23% da população livre batizada na Matriz de São Borja no período considerado. Estes números guardam certa coerência com as informações constantes no censo de 1814.

Tabela 1
População da Província de Missões
(1814)

Qualitativo de cor e/ou condição jurídica	nº	%
Indígenas	6.395	85%

Branços	824	11%
Livres de cor	77	1%
Escravos	252	3%
Total	7.458	100%

Censo de 1814. In: Fundação de Economia e Estatística. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul** - Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981, p. 50.

Em termos proporcionais, os indígenas representavam 85% da população adulta, os brancos 11%, escravos 3% e livres de cor apenas 1%. Porém, se desconsiderarmos os escravos, os indígenas atingem cerca de 88% da população livre adulta da Província de Missões, enquanto que brancos chegam a marca de 11% e livres de cor apenas 1%. Relacionando a figura 1 com a tabela 1, podemos notar o rearranjo demográfico em curso, leia-se, a paulatina queda da representatividade dos guaranis missioneiros frente ao universo populacional da região, ao passo que conjunto de indivíduos não indígenas cada vez mais se fazia presente naquele espaço. No entanto, este processo só intensificou-se após o período aqui abordado. Segundo algumas estatísticas exploradas por Aurélio Porto, em 1822, haviam ainda 2.350 almas nos Sete Povos, enquanto que em 1827 restavam ainda 1.874² (1943, p. 416a). Além disso, em trabalho anterior, averigui que entre 1829 a 1837, 42% dos registros batismais de pessoas livres na Matriz de São Francisco de Borja eram de indígenas, 9% de mestiços, e o restante da população livre não indígena perfazia 49% (FONTELLA, 2014, p.79). Entretanto, no que tange ao intervalo de tempo em análise, a representatividade dos batizados indígenas manteve-se constante, nunca sendo inferior a 70% entre os assentos batismais dos sujeitos livres, como demonstro na tabela 2.

² Este número apresentado por Porto (1943) confere com o que encontramos no *Mapa Geral dos Bens, e Propriedades dos Sete Povos das Missões brasileiras com especificação do estado atual dos Edifícios número dos Naturais, Receita e Despesa, Dívida e Crédito, Produções e Ramos de Indústria, oferecido ao Ilmo. Exmo. Sr.º. Salvador José Maciel, Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, pelo Tenente-Coronel Manoel da Silva Pereira do Lago, Administrador Geral*. Coleção Decimal, localização: I-48,16,13. Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Este documento foi transcrito e publicado na 1ª edição da Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul, janeiro de 1921.

Tabela 2
Frequência anual de batismos de livres de acordo com o distintivo de "cor"
(Matriz de São Francisco de Borja, 1817 - 1822)

	1817	1818	1819	1820	1821	1822
Índios	75	110	117	134	189	78
Branços/Não Consta/Pardos	27	44	36	42	36	25
	102	154	153	176	225	103

Fonte: Livro de Batismos de 1817 – 1822 da Matriz de São Francisco de Borja, ADU.

O processo de redução da população guaranis deve-se em boa medida aos conturbados movimentos de independência dos Estados do Prata. Neste contexto, os guaranis missioneiros também possuíam seus interesses próprios e estiveram ativamente mobilizados em busca de concretizarem seus objetivos políticos, embora não possam ser percebidos como um bloco homogêneo isento de contradições e com um projeto único. Destacados caudilhos platinos como José Artigas, Andresito Artigas e Fructuoso Rivera foram hábeis em mobilizar importante parcela dos guaranis missioneiros, tanto dos Sete Povos orientais quanto dos outros 23 povos do lado ocidental do rio Uruguai. Para se ter uma noção mais clara do impacto causado por tais contendidas, estima-se que, durante a retirada do Exército do Norte do Espaço Oriental Missioneiro, seguiram ao General Fructuoso Rivera cerca de seis mil guaranis missioneiros (PADRÓN-FAVRE, 2009). Encontramos evidências empíricas desta evasão em alguns documentos. A primeira menção está em uma cópia da declaração da venda de umas das estâncias pertencentes ao povo de São Miguel, feita em dezembro de 1828. Este documento foi traduzido do idioma espanhol para o português em 1830. Nele constava que:

[...] Os Corregedores, Tenentes Corregedores e Caciques pelo presente [declaram] que em conformidade da ata celebrada em novembro, e para encher os objetos nela expostos temos resolvido vender, e desde já vendemos ao senhor Alexandre de Abreu [Valle Machado], a seus herdeiros e sucessores todos os campos compreendidos de baixo da

denominação de Estância de São Vicente que especialmente pertence ao Povo de São Miguel pela quantia de dez contos de réis a conta das quais recebemos dois contos e quinhentos mil réis para habilitações, pagamentos de dívidas e gastos extraordinários das *famílias que voluntariamente seguem ao Exército do Norte*, e queremos que o resíduo o conserve em seu poder para o exigirmos em qualquer tempo que nos convenha, e conforme se poder fazer para que lhe sirva de especial hipoteca ao reembolso das instruções dadas em benefício das *famílias e indivíduos que não quiserem ou não puderem seguir o destino do Exército do Norte* em proveito dos interesses gerais dos Sete Povos e em liquidação e cobranças iguais a outros fins *especialmente benéficos às famílias emigradas*, e as que não são, contanto que pertençam ou tenham pertencido a comunidade até o dia 4 de dezembro do ano corrente e sendo para isso autorizados por nossos Estatutos, assim como, pelas ordem Exmo. Senhor General do Exército do Norte.³

A segunda referência está num ofício de 1830, enviado ao Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro, em que o Tenente-Coronel Manoel da Silva Pereira do Lago contesta a venda de tal estância. Na dita carta o remetente esclarecia que:

em observância ao respeitável despacho de V. Ex., datado de 20 de julho do presente ano lançado no requerimento de Alexandre de Abreu Vale [Machado]: cumpre-me informar a V. Ex. que a respeito do suplicante dizer que comprou a fazenda denominada São Vicente a seus legítimos donos intuído Ex. Sr. que é nula toda e qualquer venda feita por *aqueles indígenas que acompanharam o partido de Frutuoso Rivera* e resultado daqueles proprietários estarem sujeitos a uma administração posta por Sua Majestade Imperial, em consequência de se considerarem de menor idade e não serem capazes de regerem nem os bens que lhes pertencem.⁴

Por fim, em seu relatório de 20 de abril de 1835, Fernandes Braga, o presidente da Província, “relembra que: antes da invasão de Fructuoso Rivera no território de Missões no fim da última guerra existiam em sete Povos perto de 7 mil Índios que foram arrancados às suas habitações e colocados entre o[s] [rios] Quaraí e Arapeí na chamada Bella União. [...]”⁵ Este foi um dos mais relevantes episódios do processo de dispersão dos guaranis missioneiros pela região platina e Rio Grande de

³ Fundo Justiça, Maço 43, Juízo de Paz, 1830, São Borja, AHRs [grifos nossos].

⁴ Fundo Autoridades Militares. Manuel da Silva Pereira Lago. Outubro de 1830, maço 114, AHRs [grifos nossos]. O fragmento utilizado foi retirado de: RIBEIRO (2013, p. 57).

⁵ Relatório do Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro Fernandes Braga, 20 de abril de 1835. Disponível em < http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1835_00001.pdf>. Acesso em 18 de out. de 2013.

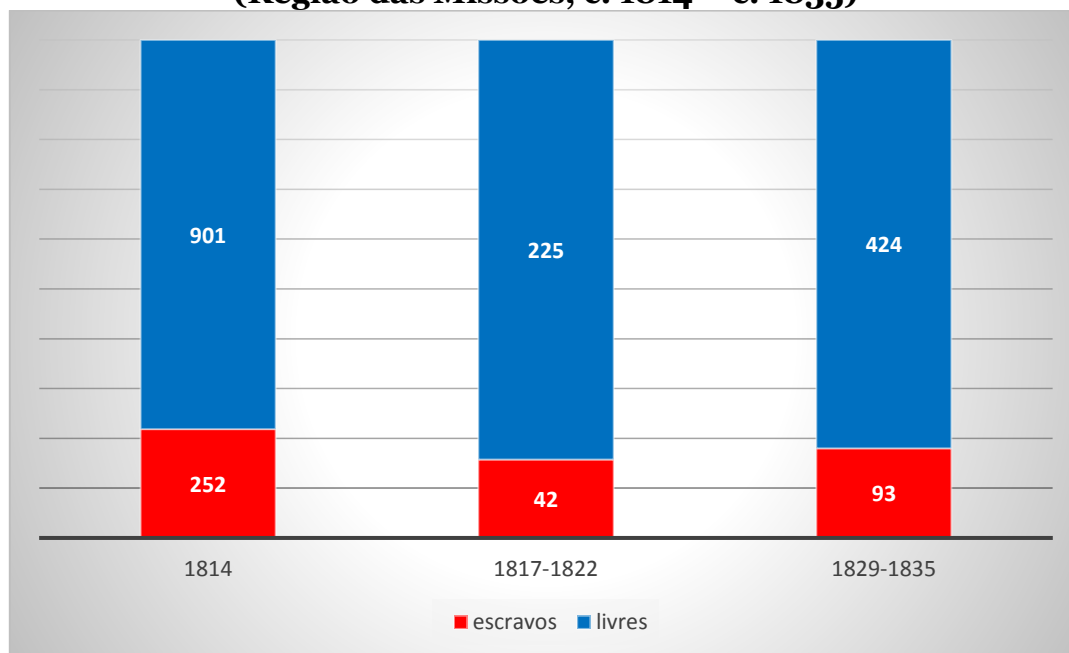
São Pedro na primeira metade do século XIX. Os indícios documentais parecem não deixar dúvidas que um expressivo número de famílias de guaranis missioneiros deixou a região seguindo a Frutuoso Rivera no fim do decênio de 1820 rumo à Bela União, localizada no extremo noroeste do atual território Uruguai.

Perceber a significativa presença dos guaranis missioneiros entre a população livre nas três primeiras décadas do século XIX é essencial para entendermos de maneira mais adequada a importância do trabalho cativo na região das Missões desde os primórdios da ocupação luso-brasileira em tal espaço. Ao considerarmos a expressiva quantidade de indígenas no universo da população livre, acabamos obtendo uma imagem distorcida, pois, somos levados a pensar que a presença de cativos na região era irrelevante, apenas 4% da população. Todavia, é preciso ponderar que os guaranis já habitavam a região, e a maior parte deles estava inserida no modelo produtivo de comunidades dos povos missioneiros.⁶ Assim, para avaliar mais precisamente a relevância da escravidão, excluirei do exame a população indígena, ficando apenas os conjuntos populacionais que vinham se estabelecendo naquele território já sob a batuta do modelo agropastoril escravista luso-brasileiro, isto é, brancos, escravos e pardos.

Em números absolutos, de um total de 302 registros batismais, os indivíduos livres somavam 225 (74%), os cativos 42 (14%) e em 35 assentos de batismos (12%) não foi possível identificar a condição jurídica dos batizados e/ou de sua mãe. A partir desta perspectiva, a participação dos escravos toma uma proporção mais significativa, passando de 4% quando se considera os guaranis (figura 1) para 14%. Para o período 1829 a 1835, averiguamos em torno de 18% dos registros de batizados eram de escravos (93 de 517 batizados). Realizando o mesmo procedimento com os dados do Censo de 1814 (tabela 1), verifica-se que de um montante de 1.153 habitantes (resultado da soma do número de 824 brancos, 252 escravos e 77 livres de cor), os cativos representavam 22% daqueles que considero como novos povoadores. Na figura 2 compilamos estes dados numa pequena série que, embora considerem informações de natureza diferente, mostram uma certa constância na representatividade dos cativos frente ao conjunto geral da população excluindo os indígenas desde meados da década de 1810.

⁶ Sobre o modelo produtivo em comunidades dos guaranis missioneiros ver entre outros: GARAVAGLIA (1978; 1987); MÖRNER (1985).

FIGURA 2
População livre e escrava excluindo os índios
(Região das Missões, c. 1814 – c. 1835)



Fontes: Para 1814: Censo de 1814. In: Fundação de Economia e Estatística. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981, p. 50. Para 1817 – 1822: Arquivo da Diocese de Uruguaiana (ADU), livro de batismos (1817 – 1822) da Matriz de São Francisco de Borja. Para 1829 – 1835: ADU, livro de batismos 1-B (1829-1835) da Matriz de São Francisco de Borja.

Creio que a figura 2 demonstra a relevância adquirida pelo trabalho escravo na região das Missões desde os primeiros momentos da estruturação produtiva da economia agropastoril de propriedade privada. Estes dados se tornam ainda mais representativos quando se considera que muitos dos sujeitos livres eram soldados, os quais estavam destacados para guarnecer uma área a qual não se tinha certeza de que continuaria sob o domínio luso-brasileiro, e não povoadores efetivos. De passagem por São Borja sete anos após o censo, Auguste de Saint-Hilaire afirmou em diversas passagens o caráter militar da região. Em 19 de fevereiro de 1821 o botânico francês destacou que uma das coisas que mais lhe impressionava era:

o aspecto militar sob o qual ela [a região das Missões] se apresenta[va]. Veem-se aí apenas soldados e fuzis; a cada passo encontramos sentinelas e, diante da casa do comandante, outrora residência dos jesuítas, estão alinhados vários canhões (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 270).

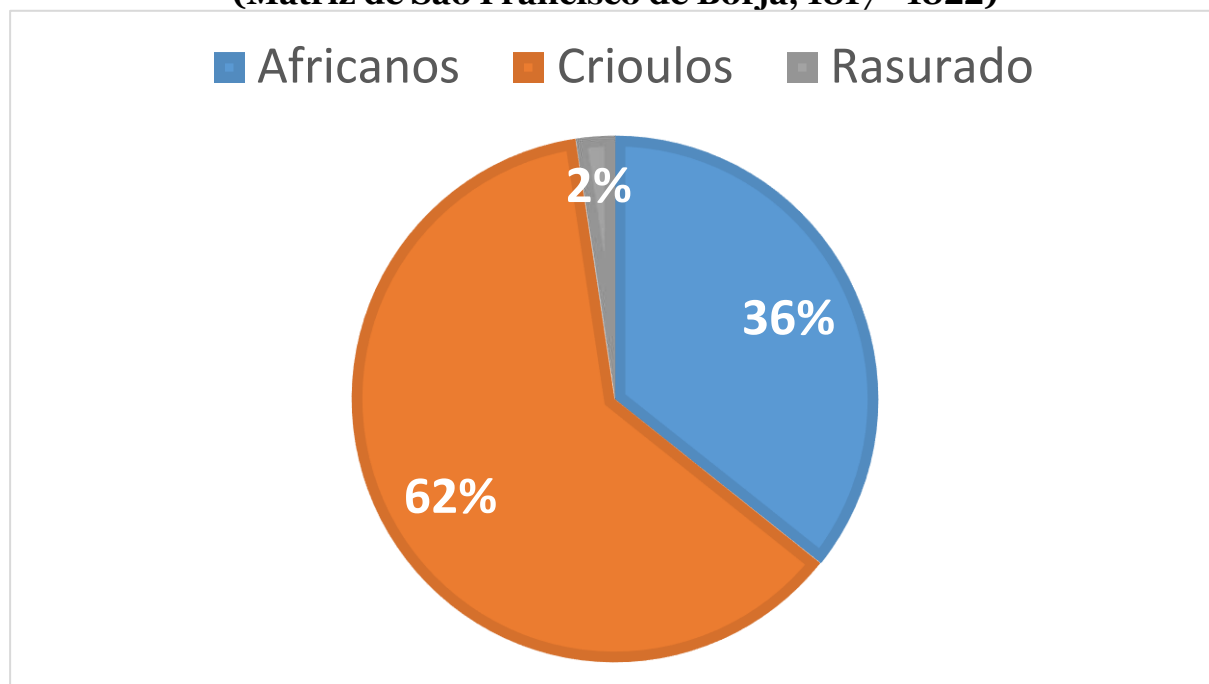
Três dias depois, o viajante voltara a se referir ao militarismo do local, “[...] este lugar só pode ser considerado atualmente uma praça de guerra. Encontram-se aí a residência do comandante da província, onde está acantonado o regimento dos guaranis, e a casa do coronel do regimento de milícias, da qual há sempre um destacamento na aldeia” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 276). Já no segundo dia de março, Saint-Hilaire alertava que era “extremamente necessário diminuir o aspecto militar desta província. [...]. Os *brancos* [estão] sempre empregados no serviço militar [...]” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 279) [*grifos meus*]. Deve-se levar em conta ainda que quando o viajante francês passou pela região, José Artigas⁷ já havia sido derrotado e se passava por um período de interstício de paz entre as contendidas com as províncias platinas, diferentemente do que ocorria por volta de 1814.

A considerável presença de escravos naquela região mostra que desde o início do povoamento luso-brasileiro o trabalho cativo foi fundamental para dar conta da produção dos estabelecimentos produtivos dos novos povoadores. Muito possivelmente, a oferta de trabalhadores livres estáveis era muito inconstante e cara naquela conjuntura de frequente belicosidade. Desse modo, entre outras razões, a mão-de-obra cativa, provavelmente, se configurou na forma mais segura de atender a demanda por trabalhadores estáveis frente a um quadro de guerra constante e incertezas institucionais.

Com os dados procedentes dos registros de batismos podemos verificar a naturalidade dos cativos batizados. A proporção de escravos africanos em relação ao universo total de cativos batizados é bastante significativa.

⁷ José Artigas (1764 – 1850), líder do movimento de independência da Banda Oriental (atual Uruguai), entre 1810 e 1820, lutou contra o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, o Império espanhol e as Províncias Unidas do Rio da Prata que sob a liderança de Buenos Aires haviam declarado independência da Espanha em maio de 1810. Artigas foi derrotado definitivamente na Batalha de Tacuarembó em 1820 e, posteriormente, exilou-se no Paraguai. Sobre os movimentos revolucionários e a formação dos Estados-nações na região platina ver: GUAZELLI, Cesar A. B., O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados-nações e regiões províncias no rio da Prata, *in*: GRIJÓ, Luiz A. *et al* (Orgs.), **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2004, p. 91–146.

Figura 3
Naturalidade dos escravos
(Matriz de São Francisco de Borja, 1817 - 1822)



Fonte: Livro de Batismos de 1817 – 1822 da Matriz de São Francisco de Borja, ADU.

Os africanos foram nada menos do que 36% dos escravos (15 em 42) que compareceram a pia batismal da Matriz de São Francisco de Borja. O batizado de cativos africanos é um forte indício de que determinada parte dos produtores destas paragens conseguia, através do desempenho de suas atividades produtivas, gerar excedentes suficientes para que se pudesse investir em cativos provenientes do comércio transatlântico de cativos africanos. Em outras localidades pastoris do Rio Grande de São Pedro os escravos africanos também tiveram representatividade significativa no conjunto dos cativos batizados. Em estudo anterior, averiguamos que na Capela de Santa Maria da Boca do Monte, entre 1814 e 1822, dos assentos de batismos de escravos, 47% eram de indivíduos naturais da África (FONTELLA, 2011).

Já na Capela de Alegrete, os africanos representaram 40% dos escravos que receberam os santos óleos entre 1820 e 1822.⁸

O exame realizado leva-me a crer que o trabalho escravo constituiu-se num dos pilares para o estabelecimento da matriz produtiva agropastoril privada na região das Missões naquela conjuntura histórica. Em outras palavras, podemos argumentar que sem a escravidão, ou alguma outra forma de trabalho compulsório, a implantação de uma unidade agropastoril privada em tal espaço, naquele período temporal específico, teria sido um feito muito improvável. Ademais, dentro do universo cultural de um modelo de sociedade ciosa de suas distinções, a escravidão constituía-se na principal referência de sustentação das hierarquias que ordenava tal sociedade. Assim, a escravidão para além de se erigir como uma força de trabalho imprescindível para a instalação da economia pastoril privada na região, configurava-se também como um elemento estruturador da ordenação social de um espaço que passava a estar sob a autoridade política da Coroa portuguesa.

Essa interpretação histórica, no entanto, é relativamente recente e contrapõe-se a uma ideia consagrada e largamente difundida não só no campo historiográfico, mas também no senso comum. Segundo a tese elaborada por Fernando Henrique Cardoso em meados do século XX, os estancieiros aproveitaram o grande número de guaranis missioneiros que viviam na região para os empregarem como peões, em consequência disso não tiveram a necessidade de investir na escravidão de origem africana, o que teria dotado a matriz produtiva privada daquele espaço, erigida pelos luso-brasileiros, de um caráter não escravista. Paulo Afonso Zarth (2002) foi o primeiro autor a mostrar que a utilização de escravos nos estabelecimentos produtivos de tal área foi significativa e constante.⁹

No entanto, em sua pesquisa, Zarth abordou todo o Rio Grande de São Pedro e não exclusivamente a região das Missões. Portanto, o autor não desenvolveu uma pesquisa sistemática sobre larga base empírica da região. Ademais, as fontes compulsadas pelo autor se referem apenas a segunda metade do Oitocentos, logo, suas análises não contemplam o período anterior a 1850. Entretanto, com os dados

⁸ Gostaríamos de agradecer ao Prof^o. Luís Augusto Farinatti pela gentileza e generosidade de nos ter cedido o banco de dados que elaborou com os dados dos assentos de batismos da Capela da Vila de Alegrete. Os dados que nos serviram de baliza comparativa já vêm sendo explorados por Farinatti em suas mais recentes publicações.

⁹ Para uma rigorosa revisão historiográfica sobre a escravidão na região das Missões ver FONTELLA (2013).

analisados acima, bem como amparado por resultados de estudos anteriores,¹⁰ posso sustentar com maior segurança que o trabalho escravo foi fator estruturante do complexo agropastoril privado desenvolvido pelos luso-brasileiros desde as primeiras décadas do século XIX.

II

Os dados examinados na primeira seção revelam um perfil geral do cenário demográfico da região das Missões nas primeiras décadas do Oitocentos. Deste quadro amplo, três traços podem ser destacados: 1) a expressiva presença dos guaranis missioneiros entre a população livre; 2) um incipiente ingresso de povoadores discriminados pelos párocos como *brancos*, que como veremos logo adiante eram provenientes do Rio Grande de São Pedro e outras regiões da América portuguesa, e; 3) a importante presença de escravos que vinham sendo introduzidos naquele território por meio da sistemática ocupação de tal espaço pelos luso-brasileiros, situação que demonstra o caráter escravista da economia agropastoril da região das Missões desde os primeiros momentos de sua implantação.

Nesta seção examino, também através das informações dos assentos de batismos, a procedência dos sujeitos que habitavam a região no período considerado neste texto. Esta análise refina o quadro geral, pois desvela um cenário mais complexo da conformação do conjunto de povoadores da região, uma vez que cada grupo social deixa de ser percebido como homogêneo a medida que se verifica que ele é composto por indivíduos de distintas origens. Antes, porém, é preciso colocar que para melhor esquematizar o exame, compilei diversas localidades numa mesma

¹⁰ Em estudo anterior demonstrei a partir da análise sistemática dos registros paroquiais de batismos do período de 1829 a 1859 e de inventários *post mortem* abertos entre c. 1828 a c. 1860 que a população cativa foi predominantemente crioula, e que a conservação do núcleo populacional cativo se dava, sobretudo, pela reprodução natural. Porém, os africanos também compuseram importante parcela da população escrava. Por seu turno, a posse de cativos esteve disseminada por todas as camadas sociais, e a concentração desta reiterou o padrão de muitos pequenos e médios senhores que detinham poucos escravos, mas que dividiam espaço com uma elite de proprietários que concentravam significativa parte dos cativos. Este padrão é o mesmo que se reproduziu por todas as áreas do Rio Grande de São Pedro e na grande maioria das regiões do território brasileiro no período colonial e monárquico, seja em zonas de economia ligada à exportação, seja nas áreas voltadas para o abastecimento do mercado interno. Portanto, até mesmo para os pequenos produtores foi importante dispor de trabalhadores escravos. Em boa medida, a reprodução natural da população cativa foi o fator que possibilitou aos modestos produtores se manterem como senhores de cativos. Ver FONTELLA (2013), em especial os capítulos 2 e 3. Tais considerações se referem quase que exclusivamente para as décadas de 1830, 40 e 50, porém, como já coloquei, com os dados apresentados no presente texto, posso defender com maior propriedade que a escravidão foi um componente fundamental para a estrutura produtiva agropastoril privada erigida pela sociedade luso-brasileira desde meados da década de 1810.

macrorregião. Ao fazer isso passei a trabalhar com determinadas macrorregiões que reúnem localidades próximas.¹¹ Quando for relevante e pertinente apresentarei as próprias localidades.

Tabela 3
Procedência das Mães
(Matriz de São Francisco de Borja, 1817 - 1822)

Região	Mães brancas									Mães índias			
	RS	SP	Paraguai	SC	Prata	Missões Ocidentais	Missões Orientais	Do lado Ocidental	RJ	Missões Orientais	Missões Ocidentais	Prata	Paraguai
Nº	51	9	8	6	6	6	2	2	1	518	160	1	1
%	6,6	1,2	1,0	0,8	0,8	0,8	0,3	0,3	0,1	67,2	20,8	0,1	0,1

Fonte: Livro de Batismos de 1817 – 1822 da Matriz de São Francisco de Borja, ADU.

Tabela 4
Procedência dos Pais
(Matriz de São Francisco de Borja, 1817 - 1822)

Região	Pais brancos									Pais índios			
	RS	SP	SC	Paraguai	Ibéricos	Prata	Açores	Do lado Ocidental	RJ	Missões Orientais	Missões Ocidentais	RS	Prata
Nº	32	18	12	7	5	2	2	2	2	358	91	1	1
%	6,0	3,4	2,3	1,3	0,9	0,4	0,4	0,4	0,4	67,2	17,1	0,2	0,2

Fonte: Livro de Batismos de 1817 – 1822 da Matriz de São Francisco de Borja, ADU.

Numa visão geral da procedência de todas as mães brancas e índias, destacam-se três grupos. Como o esperado, ampla maioria delas eram mães guaranis oriundas das sete Missões Orientais do rio Uruguai, depois vinham aquelas provenientes das vinte e três Missões Ocidentais, e por fim um grupo de mães brancas vindas de localidades do próprio Rio Grande de São Pedro. No tocante aos pais, também houve o predomínio entre os missionários das Missões Orientais, seguidos por aqueles procedentes das Missões Ocidentais e, por fim, entre os pais brancos a maioria também era do Rio Grande de São Pedro. No entanto, entre estes últimos, foi considerável a presença de sujeitos oriundos de São Paulo e de Santa Catarina. Como veremos, a diferença nos dados entre pais e mães brancas revela uma importante tendência migratória marcada pela vinda de homens de fora do Rio Grande de São

¹¹ Esclareço que englobei na região de São Paulo localidades que atualmente fazem parte do território do Estado do Paraná, como Vila de Castro, São José dos Pinhais e Curitiba. Para a região de Santa Catarina considereirei Lajes, Laguna e Ilha de Santa Catarina.

Pedro que contraíam matrimônio com mulheres sul rio-grandenses, em especial, habitantes da região que se convencionou a chamar de Fronteira do Rio Pardo.

Na Matriz de São Francisco de Borja, as mães índias missioneiras eram 678, o que em termos percentuais equivale a 88% de todo universo de mães que tiveram sua procedência discriminada. As mães das missões orientais perfaziam 67,2% deste total, enquanto que aquelas das missões ocidentais atingiram a marca de 20,8%. O outro grupo representativo em todo esse universo, o das mães brancas sul rio-grandenses, alcançou um percentual de 6,6% do universo considerado. Embora com números absolutos bem inferiores aos constatados para as mães, em termos percentuais, os dados referentes aos pais assemelham-se aos das mães: 67,2% das missões orientais, 17,1% das missões ocidentais e 6% do Rio Grande de São Pedro são os grupos mais representativos.

Para a Capela de Alegrete, entre 1816-1827, Farinatti verificou que 59% das mães eram naturais das Missões enquanto que 30% provinha do Rio Grande de São Pedro. Infelizmente, o autor não apresenta informações precisas de acordo com a divisão que fiz aqui, discriminando os Sete Povos Orientais e os 23 povos ocidentais. Entretanto, a partir daquilo exposto por ele, constata-se que no mínimo 38% das mães guaranis eram do lado ocidental (FARINATTI, 2014. p. 230), um percentual bem superior aos 24% do verificado na Matriz de São Francisco de Borja. No que tange aos pais, quase 46% são missioneiros e 29% sul rio-grandenses.

As significativas diferenças averiguadas entre os dados da Matriz de São Francisco de Borja e da Capela de Alegrete refletem as especificidades de cada localidade. Como já coloquei, enquanto São Borja havia sido uma das trinta reduções jesuíticas (uma das sete do lado oriental), Alegrete embora estivesse situada num espaço de ocupação tradicional dos guaranis (e também de outras parcialidades indígenas) não era um *pueblo* onde costumeiramente habitavam os guaranis. Portanto, como era esperado, a presença de guaranis em São Borja foi mais expressiva do que em Alegrete. Por outro lado, para além de ser um espaço com menor presença de guaranis, Alegrete localizava-se numa área com melhores pastagens onde encontrava-se expressiva quantidade de cabeças de gado *vacum*. Assim sendo, em virtude da menor concorrência com os guaranis e pelas melhores condições de estabelecer suas unidades produtivas agropastoris, o assentamento de luso-brasileiros em Alegrete ocorreu de maneira mais acelerada do que em São Borja.

A significativa presença de mães guaranis em Alegrete se deve sobretudo ao processo de dispersão desta população por áreas para além dos 30 povos no contexto de desmantelamento da estrutura socioeconômica missioneira. Processo este que se iniciou no último quartel do século XVIII, com a expulsão dos jesuítas da América espanhola, e agravado nas primeiras décadas do século XIX com os processos de formação dos Estados independentes na região do Prata. Acontecimentos que foram capitais no processo de desestruturação da organização dos guaranis missioneiros (WILDE, 2009; PADRÓN-FAVRE, 2009; RIBEIRO, 2013; FARINATTI, 2014).

Analisando os registros paroquiais de batismos da Capela Curada de Santa Maria da Boca do Monte, porção mais ocidental da Fronteira do Rio Pardo, entre 1798 e 1834, Max Ribeiro constatou que “entre os registros com referência [de naturalidade de pais mães] nota-se o maior peso demográfico dos naturais do Rio Grande de São Pedro, Missões, São Paulo e uma significativa presença africana” (2013, p. 85). Por meio de uma estimativa, o autor averiguou que, naquele período, significativos 42% da população de tal localidade poderia ser classificada numa ampla categoria que denominou de: índios, mestiços ou pardos. Além disto, 25% da população neste amplo período era guarani, 19% escrava e apenas 14% branca (RIBEIRO, 2013, p. 89). Em relação às mães guaranis, 78% delas eram das Missões Orientais, 18% das Missões Ocidentais e outros 7% eram mães guaranis nascidas em localidades do Rio Grande de São Pedro (2013, p. 93). Já entre os pais guaranis, 77% nasceram nas Missões Orientais, 15% nas Missões Ocidentais e 5% no Rio Grande de São Pedro. Segundo o autor,

a maior parte dos guaranis chegou à Santa Maria após 1810. [Como consequência do] impacto do movimento revolucionário da independência de Buenos Aires iniciado naquele ano. Muito provavelmente, alguns guaranis buscaram fugir do recrutamento feito por Francisco das Chagas Santos, assim como de outras possíveis adversidades ocasionadas pela conjuntura de guerra (2013, p. 93).

Creio que de todas as informações apresentadas até aqui cabe ressaltar a significativa presença da população guarani tanto nas Missões quanto fora desta região. Tal cenário demográfico demonstra que boa parte da extensa fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro era mais indígena do que espanhola e menos ainda portuguesa. Mesmo que politicamente os luso-brasileiros estivessem desenvolvendo um processo de conquista e os missioneiros estivessem passando por uma crise que

estava desmantelando sua estrutura política e econômica, a expressiva quantidade de guaranis que ainda habitava a região obrigava os conquistadores a lidar com as expectativas de tais sujeitos, o que implicava necessariamente a uma percepção mínima do universo simbólico daqueles agentes históricos. Ademais, ao menos pelas três primeiras décadas do século XIX, a ocupação daquele território pelos guaranis missioneiros como súditos do soberano português (brasileiro após 1822) fazia parte da estratégia para garantir a anexação efetiva de tal espaço às possessões luso-brasileiras. Os missioneiros formariam uma espécie de cinturão populacional e também guerreiro contra os espanhóis. Não à toa que a população missioneira foi alvo de disputa das coroas ibéricas e, no decorrer do processo de independência dos Estados platinos e do Brasil, foram constantemente mobilizadas por lideranças caudilhas como, por exemplo, José Artigas, Andresito Artigas e Fructuoso Rivera (GARCIA, 2007; WILDE, 2009; PADRÓN-FAVRE, 2009; RIBEIRO, 2013; FARINATTI, 2014).

Porém, os guaranis missioneiros não formavam um conjunto populacional homogêneo, haviam importantes diferenças entre eles, e algumas delas podem ser apreendidas, mesmo que através do filtro dos párocos luso-brasileiros, por meio dos locais de origem de tais sujeitos. Em um primeiro momento distingi os guaranis como orientais e ocidentais, a partir de agora desmembrarei tais categorias a partir dos povos de que mães e pais eram naturais. Tal procedimento desvela uma rica complexidade e indica um intenso deslocamento territorial da população guarani no período considerado.

Tabela 5
Naturalidade de Mães e Pais Guaranis Orientais

Povos Orientais	Mães		Pais	
	nº	%	nº	%
São Borja	323	64	224	64
São Nicolau	68	14	47	13
São Luiz Gonzaga	57	11	36	10
São Miguel	17	3	13	4
São Lourenço	17	3	12	3
São João	15	3	13	4
Santo Ângelo	6	1	6	2
	503		351	

Fonte: Livro de Batismos de 1817 – 1822 da Matriz de São Francisco de Borja, ADU.

Obviamente, a maioria das mães e pais guaranis são do próprio povo de São Borja, porém, verifiquei importante presença de sujeitos oriundos de São Nicolau e São Luiz Gonzaga, os dois povos orientais mais próximos de São Borja. Na Capela de Alegrete (1821-27) verificou-se cenário semelhante, dentre os missioneiros orientais, pois os mais frequentes também foram daqueles três povos, com maior destaque para a presença de pais e mães borjistas, 107 mães e 49 pais (FARINATTI, 2014). São Borja também era o povo oriental mais próximo dos campos ao sul do rio Ibicuí, onde situava-se a Capela de Alegrete, embora só isso não explique a significativa presença dos borjistas naquelas paragens, é inegável que a maior proximidade espacial facilitava o deslocamento dos guaranis de São Borja para Alegrete. Todavia, diversos outros fatores, como, por exemplo, a guerra, a desestruturação da estrutura produtiva, da dinâmica política e do projeto missional, condicionaram tal mobilidade dos guaranis pela vasta região missioneira, tanto ao norte quanto ao sul do Ibicuí.

Já para a Capela Curada de Santa Maria (1798-1834), na Fronteira do Rio Pardo, destacou-se a presença de guaranis do Povo de São Luiz Gonzaga, embora tenha sido significativa a presença de missioneiros de São Miguel, São Borja, São Lourenço e São Nicolau (RIBEIRO, 2013). Na avaliação de Max Ribeiro, um dos principais fatores que fez com que importante contingente de guaranis deixasse as Missões em direção ao leste e se estabelecesse nas imediações da Fronteira do Rio Pardo foi a fuga do recrutamento militar realizado pelos luso-brasileiros e a busca por se estabelecer num ambiente mais seguro e estável do que na região missioneira.

Tabela 6
Naturalidade de Mães e Pais Guaranis Ocidentais

Povos Ocidentais	Mães		Pais	
	nº	%	nº	%
La Cruz	32	22	17	20
Santo Tomé	26	18	9	11
Apóstoles	23	16	17	20
São Carlos	16	11	9	11
São Xavier	8	6	6	7
Conceição	7	5	5	6
Santa Maria Maior	7	5	5	6
Japeju	6	4	5	6
Outros	20	14	12	14

	145	85	
--	-----	----	--

Fonte: Livro de Batismos de 1817 – 1822 da Matriz de São Francisco de Borja, ADU.

Como apontam os dados do quadro acima, foi marcante a presença de missioneiros de 4 povos ocidentais na Matriz de São Francisco de Borja: La Cruz, Santo Tomé, São Carlos e Apóstoles. Ao examinar a economia missioneira e sua relação com universo econômico envolvente, Juan Carlos Garavaglia (1987) percebeu que numa escala de importância, a erva-mate, os lenços de algodão e os couros crus eram os produtos que promoviam a integração dos missioneiros na economia regional e dentro do universo dos trinta povos jesuíticos definiam estes em 5 zonas de especialização específicas. A primeira região no Alto Uruguai englobava os povos de Mártires, Santa Maria Mayor, San Xavier, Apóstolos, Conceição, São Nicolau, San Luiz, Santo Ângelo, São Lourenço e São Miguel onde se produzia significativo volume de algodão. A segunda região era definida pela produção ervateira e compreendia os povos de São Cosme, Jesus, Trindade, Candelária, Corpus, Loreto, Itapuã, Santo Ignácio Miní e Santa Ana que localizavam nas margens do rio Paraná. A *terceira região* que abrangia as reduções de *Santo Tomé, São Borja, La Cruz, São Carlos* e São José caracterizou-se por ser uma zona de transição entre a produção de erva-mate e de algodão. A quarta região compreendia San Ignácio Guazú, Santiago, Santa Rosa e Nossa Senhora de Fé foi definida por um misto de gado *vacum*, lenços de algodão e erva-mate; ali devido os estreitos laços com as cidades de Assunção e Villarica del Espiritu Santo localizadas no Paraguai, desenvolveu-se uma peculiar dinâmica comercial que envolvia produtos paraguaios como a erva de palos (tipo de erva-mate) apreciada no mercado de Buenos Aires e os lenços de algodão missioneiros. A quinta e última região era composta apenas pelo povo de Japeju, onde o principal produto era o couro cru de gado bovino, cerca de 8% de todas as exportações dos trinta povos era oriunda desta redução.

A partir da esquematização feita por Garavaglia apreende-se que São Borja inseria-se na terceira região junto com outros 4 povos do lado ocidental, Santo Tomé, La Cruz, São Carlos e São José, formando uma zona de transição entre a produção de erva-mate e de algodão. O que quero destacar aqui é que destes 4 povos, 3 aparecem com destaque na tabela 6, estando dentre os 4 principais povos ocidentais de onde efluíram mães e pais guaranis que batizaram filhos na Matriz de São Francisco de

Borja. Portanto, a presença destes sujeitos em São Borja parece não ser aleatória e, possivelmente, estivesse refletindo as interações produzidas neste tradicional espaço por missionários daqueles povos com os guaranis borjistas, sejam elas, relações no âmbito produtivo, comercial ou até mesmo por meio do parentesco. Como Guilherme Wilde (2009) demonstrou, as relações de parentesco entre os guaranis não se limitavam aos circunscritos espaços reducionais, nas palavras do autor:

uma das chaves para interpretar o sentido nativo de mobilidade dos atores e as vinculações entre espaços é precisamente o liderazgo indígena, e indiretamente, o parentesco. Além de constituir a base dos cacicados indígenas que dinamizavam a vida interna dos povos, serviam de veículo para a articulação social de atores mais além dos limites territoriais de um pueblo ou as fronteiras étnicas de um grupo (2009, p. 35).

Luís Augusto Farinatti mostrou que na Capela de Alegrete os guaranis ocidentais com maior incidência nos registros de batismos foram aqueles pais e mães oriundos de Japeju, o mais meridional dos 30 povos e que, conforme o esquema proposto por Garavaglia, constituiu um polo pastoril dentro da estrutura econômica missionária. Para o autor, a significativa presença de japejuanos em Alegrete pode ser explicada por uma combinação de fatores que envolve a guerra e a uma tradicional noção de espacialidade missionária ligada a exploração do gado disperso sobre os campos ao sul do rio Ibicuí. Segundo Farinatti,

parte da população que batizou seus filhos em Alegrete era formada por aqueles que firmaram alianças políticas com os portugueses, ou pelos que buscavam refúgio contra as perseguições de Francisco Ramírez, após o ciclo artiguista. [...] [...] é a partir de 1821 que ocorre uma avalanche de população missionária na capela, o que indica, para além da própria estabilização dos serviços eclesiais, o arrefecimento dos combates e o final do período de Artigas e Andresito (2014, p. 231; 232)

Para além disso, o autor argumenta que

através de um largo espaço, a partir da margem oriental do Uruguai e ao sul do Ibicuí, aquele Povo [Japeju] havia espalhado estabelecimentos para reunião, amansamento e criação de gado. Assim, por longo tempo, aquele foi um território percorrido, habitado e utilizado economicamente por aquele Povo e talvez também pelos outros de seu departamento. Ainda que essa estrutura produtiva não

tenha sobrevivido ao início do século XIX, não é descabido imaginar que sua antiga organização tenha influenciado na expressiva presença de naturais Japejú e São Borja, principalmente, mas também de La Cruz e Santo Tomé entre os batizados na capela de Alegrete (2014, p. 232-233).

Portanto, o fluxo de ingresso de missioneiros ocidentais nas áreas orientais ao rio Uruguai, mesmo no decorrer de um processo de desestruturação da organização missioneira e num contexto de constantes conflitos armados, parece ter tido como referências vínculos pregressos entre os próprios indígenas e percepções espaciais tradicionais dos guaranis sobre aquele território. Um outro dado bastante significativo apreendido nos registros de batismos é que dos 83 casais do lado ocidental que batizaram seus filhos na Matriz de São Francisco de Borja e que tiveram suas procedências declaradas, em todos os casos tanto o pai quanto a mãe eram do mesmo povo. Esta situação não foi peculiar na Matriz de São Francisco de Borja, de acordo com Farinatti, na Capela de Alegrete 83% das mães missioneiras estavam casadas com homens de também nascidos no mesmo povo que elas. Por seu turno, na Capela Curada de Santa Maria entre 1812 e 1827, os matrimônios entre guaranis naturais de um mesmo Povo chegou a 74% (RIBEIRO, 2013). Tais constatações demonstram que os deslocamentos destes guaranis não ocorreram de maneira desordenada, mas que em boa medida eram frutos de estratégias coletivas, sobretudo, familiares.

A partir daqui concentrar-me-ei na análise das informações sobre as mães e pais identificados como pessoas brancas. Dos 96 batizados de brancos, em 91 casos foram registrados os locais de procedência das mães, enquanto que a origem dos pais aparece em 82 oportunidades. Mais da metade das mães brancas são oriundas de localidades do próprio Rio Grande de São Pedro (51). A expressiva presença de mães oriundas do Rio Grande de São Pedro não chega a surpreender, mas para além disso, outro dado significativo é que 30 (59%) das 51 mães sul rio-grandenses provinham das localidades situadas na Fronteira do Rio Pardo.¹² Para a Capela de Alegrete, Farinatti percebeu que 70 a 81% das mães naturais do Rio Grande de São Pedro provinham desta mesma região (FARINATTI, 2014, p. 225).

¹² Considerarei como Fronteira do Rio Pardo as seguintes localidades: Rio Pardo, Cachoeira, Caçapava e Encruzilhada.

Embora a procedência dos pais brancos tenha sido mais dispersa pelo território brasileiro, a maioria deles também era oriunda do próprio Rio Grande de São Pedro, isto é, 32. Destes, 23 (72%) eram da Fronteira do Rio Pardo. Já em Alegrete, entre 52% a 55% dos pais sul rio-grandenses eram naturais da Fronteira do Rio Pardo (FARINATTI, 2014, p. 225). Esta região fora o limite mais ocidental do Rio Grande de São Pedro até a conquista da região das Missões em 1801. Conseqüentemente era a porção territorial luso-brasileira mais próxima das Missões, e de onde partiram os maiores contingentes populacionais que passaram a se estabelecer no espaço missioneiro. Para Farinatti,

de um lado, aquela região era a principal base para aqueles que iam se infiltrando no território das estâncias missioneiras, arreando gado e fazendo estabelecimentos pecuários, desde fins do século XVIII. De outro, foi um dos pontos de lançamento para as expedições de 1811 e 1816, que garantiram o domínio dos luso-brasileiros sobre a região. Esses homens podiam vir sós ou, talvez mais comumente, migravam com mulheres e, por vezes, filhos. Os mais aquinhoados traziam seus escravos para estabelecer estâncias na fronteira recém-conquistada. Muitos deles participaram das campanhas contra Artigas, na década de 1810, arrearam gado e arrancharam-se, sendo que os mais privilegiados dentre eles conseguiram sesmarias concedidas pela Coroa portuguesa (2014, p. 225-226).

Todavia, no que concerne aos pais brancos, duas outras áreas merecem destaque: São Paulo e Santa Catarina. Os pais provenientes destas duas regiões quase atingem o número daqueles do Rio Grande de São Pedro, 18 pais eram paulistas e 12 catarinenses. Conforme argumentou Farinatti, “a presença de paulistas insere-se em uma tradição de migração desses povoados rumo ao sul, desde o XVII, nos caminhos das tropas e, depois, formando importante frente de povoamento luso no Continente de São Pedro” (FARINATTI, 2014, p. 226).¹³

Ao examinar a procedência dos integrantes dos casais brancos averiguamos que em 38 casos marido e esposa provinham de regiões distintas, enquanto que 41 eram naturais das mesmas áreas. Destes, o mais frequente foi o casamento entre sul rio-grandenses (25), seguido por casais paulistas (5), paraguaios (5) e catarinenses (3); havendo ainda dois casais “do lado ocidental” e um fluminense. Dos 25 casais sul rio-grandenses, 11 eram da Fronteira do Rio Pardo, noutros 4 casos os maridos eram

¹³ Sobre circuitos comerciais e de contrabando de mulas entre o Rio Grande de São Pedro e a Feira de Sorocaba no período colonial ver: GIL (2002, p. 183 – 187; 2009, p. 45 – 61) e HAMEISTER (2002, p. 74 – 77)

de outras regiões sul rio-grandenses com esposas da Fronteira do Rio Pardo e 8 casais eram formados por maridos da Fronteira do Rio Pardo e esposas de distintas regiões do Rio Grande de São Pedro. Ou seja, em 23 dos 25 casamentos entre sul rio-grandenses estavam envolvidos indivíduos da Fronteira do Rio Pardo.

Nos 38 casos de casais com origens distintas nota-se uma interessante tendência que está vinculada à presença de pais oriundos de São Paulo e Santa Catarina. Em 12 registros verifiquei casais formados por marido paulista e esposa sul rio-grandense, as quais 9 eram da Fronteira do Rio Pardo. Em outros 8 casamentos, o pai era catarinense com mãe do Rio Grande de São Pedro, destas, 5 naturais da Fronteira do Rio Pardo. Portanto, os dados mostram que em boa medida a migração masculina de outras áreas brasileiras para a região das Missões cumpria algumas etapas: estes homens, em sua maioria paulistas e catarinenses, entravam no Rio Grande de São Pedro pelas áreas mais antigas de povoamento luso-brasileiro próximas do litoral atlântico, provavelmente, por localidades como Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre e Viamão; a partir daí tomavam a direção oeste dirigindo-se até as localidades da Fronteira do Rio Pardo, onde acabam contraindo matrimônio e, posteriormente, deslocavam-se para o interior da região das Missões.

Como bem observou Farinatti, estes homens eram motivados pelas guerras de conquista, pelas contendas contra os caudilhos platinos que garantiram a posse da região aos domínios luso-brasileiros e pela possibilidade de se estabelecer como proprietário de terras, gado e escravos, bem como, buscavam também oportunidades para adquirir prestígio social e político numa região em que as estruturas econômicas, políticas e administrativas do Estado imperial português (e após 1822, brasileiro) ainda estavam por se edificar.

Mapa 1
Percursos de migração mais frequentes entre
os pais não sul-rio-grandenses (1817-1822)



Fonte: Livro de Batismos de 1817 – 1822 da Matriz de São Francisco de Borja, ADU.

Imagem retirada de <<https://www.google.com.br/maps/@-27.0485744,-51.8431758,1502231m/data=!3m1!1e3>>

III

Embora os resultados apresentados neste texto ainda sejam preliminares, creio que é possível argumentar com significativa confiança que o trabalho escravo foi componente estruturador da matriz produtiva agropastoril privada estabelecida pelos povoadores luso-brasileiros na região das Missões desde pelo menos metade da década de 1810. Entendo que a instalação de estabelecimentos produtivos

agropastoris privados provavelmente não teria se concretizado caso a demanda por trabalhadores estáveis não fosse assegurada pela sistemática utilização de cativos. Para além disso, em boa parte dos espaços coloniais americanos, a escravidão estabelecia-se como o principal marco que estruturava a hierarquização social, ou seja, o ordenamento social daquelas sociedades zelosas por suas diferenças passava em grande medida pela condição jurídica dos seus componentes. Assim, o trabalho cativo não só se constituiu como uma condição *sine qua non* para o estabelecimento da economia agropastoril privada na região das Missões, como também se conformou num elemento edificador da hierarquização da sociedade luso-brasileira que cada vez mais passava a ocupar aquele espaço.

Em relação à população guarani, compreendo que a expressiva presença desta nas Missões e também fora desta demonstra que demograficamente a extensa fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro era mais indígena do que espanhola e menos ainda portuguesa. Sem dúvida, tal cenário condicionou as ações dos novos povoadores luso-brasileiros e pautou as políticas da Coroa portuguesa e das principais lideranças da conquista que precisaram lidar com as expectativas de tais sujeitos no decorrer do processo de anexação de tal espaço às possessões luso-brasileiras.

Dentre a população guarani verificou-se a considerável presença de sujeitos oriundos dos chamados povos das Missões Ocidentais. Acredito que a destacada frequência de batismos de filhos de guaranis provindos de Santo Tomé, La Cruz e São Carlos na Matriz de São Francisco de Borja seja um reflexo de relações que haviam sido estabelecidas entre tais sujeitos com os guaranis borjistas em interações realizadas em tradicionais espaços missioneiros que se formaram a partir das características produtivas de cada povo. É bem provável que muitas interações que tenham começado nos campos produtivo e comercial tenham se desdobrado em relações de parentesco que, por consequência, acabavam se estendendo por mais de uma redução. Assim sendo, a análise desenvolvida indica que o fluxo migratório de guaranis das Missões Ocidentais para as áreas orientais ao rio Uruguai teve como balizas laços precedentes entre os próprios indígenas e percepções espaciais tradicionais dos guaranis sobre aquele território. Ademais, os dados levantados deixam patente que os deslocamentos destes guaranis eram planejados e faziam parte de estratégias coletivas, sobretudo, familiares.

No que tange à população considerada branca, constatou-se que a grande maioria das mães eram sul rio-grandenses, e destas, significativa parcela procediam das localidades situadas na Fronteira do Rio Pardo. Por sua vez, a procedência dos pais brancos apresenta uma dispersão mais ampla pelo território brasileiro, contudo a procedência mais frequente dentre eles também foi o Rio Grande de São Pedro, e dentre os pais sul rio-grandenses a maior parte também era oriunda da Fronteira do Rio Pardo.

Por outro lado, São Paulo e Santa Catarina foram as regiões de onde mais efluíram pais de cor branca não sul rio-grandenses. A soma dos sujeitos vindos destas duas regiões quase atinge o total do Rio Grande de São Pedro. A representativa presença dos paulistas incorpora-se a uma longa tradição migratória destes sujeitos, desenvolvida desde o século XVII, para o Brasil meridional acompanhando as rotas tropeiras também em busca de povoar fronteiras agrárias ainda não ocupadas pela sociedade luso-brasileira. Por fim, vale ressaltar que se constatou que, em razoável medida, a migração masculina de não sul rio-grandenses para a região das Missões passava por três etapas: 1) tais sujeitos, boa parte oriundos de São Paulo ou Santa Catarina, chegavam primeiro ao leste do Rio Grande de São Pedro, em localidades como Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre e Viamão, zonas de povoamento luso-brasileiro mais antigas, próximas ao litoral atlântico; 2) depois, dirigiam-se rumo ao oeste até as localidades da Fronteira do Rio Pardo, onde frequentemente casavam-se; e posteriormente, 3) partiam em direção ocidental ingressando no interior da região das Missões.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil**

Meridional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FARINATTI, Luís Augusto. Gente de todo lado: deslocamentos populacionais, registros de batismo e reordenação social na fronteira meridional (Alegrete, 1816-1845). In: SCOTT, Ana Silvia V. *et al* (Orgs.). **História da Família no Brasil**

Meridional: temas e perspectivas. São Leopoldo (RS): Oikos, 2014, p. 215–238.

FONTELLA, Leandro Goya. Da África ao Brasil Meridional: presença africana no Rio Grande de São Pedro (Santa Maria da Boca do Monte, 1814 – 1822). **Anais eletrônicos do XXVI Simpósio Nacional de História**, 2011.

FONTELLA, Leandro Goya. **Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no espaço oriental missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, c.1828-c.1860)**. Dissertação de Mestrado, PPGH/UFRGS, Porto Alegre (RS), 2013.

FONTELLA, Leandro Goya. Troncos Missioneiros: Guaranis e mobilidade social na região das Missões (Rio Grande de São Pedro, primeira metade do século XIX, notas de pesquisa). **Revista Latino-americana de História**, v. 3, n. 11, p. 76–96, 2014.

GARCIA, E. F. **As Diversas Formas de Ser Índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no Extremo Sul da América Portuguesa**. Tese de doutorado, Rio de Janeiro: UFF, 2007.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. Las misiones jesuíticas: Utopía y realidad. *In:*

GARAVAGLIA, Juan Carlos. **Economía, sociedad y regiones**. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1987, p. 120–191.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. Un modo de producción subsidiario: la organización económica de las comunidades guaraníizadas durante los siglos XVII-XVIII en la formación regional alto peruana-rioplatense. *In:* ASSODARIAN, C. S *et al* (Orgs.). **Modos de Producción em America Latina**. Mexico: Siglo Veintiuno, 1978.

GIL, Tiago L. **Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760 – 1810)**. Dissertação de Mestrado, PPGHIS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

GUAZELLI, Cesar A. B. O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados-nações e regiões províncias no rio da Prata. *In:* GRIJÓ, Luiz A. *et al* (Orgs.). **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2004, p. 91–146.

HAMEISTER, Martha D. **O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes**.

Dissertação de Mestrado, PPGHIS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

MÖRNER, Magnus. **Actividades políticas y económicas de los jesuitas en el Río de la Plata**. Buenos Aires: Hyspamérica, 1985.

PADRÓN-FAVRE, Oscar. **Ocaso de un pueblo indio. História del éxodo guaraní-misionero al Uruguay**. 2º. ed. Durazno: Tierradentro (Uruguay), 2009.

PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

RIBEIRO, Max Roberto P. **Estratégias indígenas na fronteira meridional: os guaranis missioneiros após a conquista lusitana**. Dissertação de Mestrado, PPGH/UFRGS, Porto Alegre (RS), 2013.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre (RS): Martins Livreiro-Editor, 2002.

WILDE, Guillermo. **Religión y poder en las misiones guaraníes**. Buenos Aires: SB, 2009.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX**. Passo Fundo (RS): Editora da UPF, 2002.

Recebido em Janeiro de 2016
Aprovado em Abril de 2016